



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 19/2014

----- Aos dez dias do mês de outubro do ano dois mil e catorze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Candoso, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Célia Maria Bento do Rosário Flores e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----.

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- A Presidente da Câmara justificou a ausência do Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto por motivos pessoais conforme justificação apresentada, procedendo-se à sua substituição. -----

----- Pelas dez horas, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente sessão. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- A Presidente da Câmara informou da intenção de alterar a data da segunda reunião do mês de outubro adiando a sua realização para 31 de outubro, data limite de envio do orçamento ao Presidente da Assembleia Municipal, a fim de haver tempo de tratar todo o processo de elaboração do orçamento para 2015 com seriedade e ouvindo todas as partes, incluindo os vereadores da oposição e os grupos municipais com assento na Assembleia Municipal. -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- As atas das reuniões de Câmara de 12 e 22 de setembro de 2014 serão presentes à próxima reunião para discussão e aprovação. -----

----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: setenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e dois euros e cinquenta e um cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: cento e sessenta e oito mil, novecentos e vinte e cinco euros e sessenta e cinco cêntimos. -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **PROJETO LEI N.º 658/XII/4ª DO PCP – RECUSA A PRIVATIZAÇÃO DA EMPRESA GERAL DE FOMENTO, S.A.** -----

----- **ACORDO COLETIVO DE EMPREGADOR PÚBLICO ENTRE O MUNICÍPIO DE RIO MAIOR E O STAL** -----

----- **DGAL – SOLUÇÕES INTERPRETATIVAS UNIFORMES HOMOLOGADAS PELO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL EM 15 DE JULHO DE 2014** -----

----- **INFORMAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS – EFEITOS DA RECUPERAÇÃO FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS SOBRE O SETOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Manifestou o profundo reconhecimento por a Câmara Municipal de Rio Maior ter conseguido chegar a acordo com os representantes dos trabalhadores na perspetiva de manter o horário de trinta e cinco horas, na defesa da autonomia do poder local e contra a pressão que está, neste momento, a ser colocada aos autarcas e aos sindicatos, congratulando-se por essa assinatura e salientando que esta luta ainda agora teve início e que muito será exigido ao executivo, particularmente à maioria, e muito também vai ter que se exigir aos trabalhadores que, nesta fase, têm que ser unir e lutar por aquilo que está consagrado, que é a autonomia do poder local e o acordo coletivo de trabalho para as funções publicas. -----

----- Deixou uma nota relativamente ao sentimento de destruição do poder local, por parte da política deste governo, nomeadamente no confisco quer daquilo que foi feito durante anos e anos pelo poder local, mas também pelo dinheiro investido pelos municípios naquelas que são das mais das maiores contribuições do poder local para a qualidade de vida das populações, que é a água e os resíduos. Afirmou que seu partido, na Assembleia da República, juntamente com outras forças, vai tentar adiar o mais possível que a empresa EGF seja entregue aos grupos económicos para acumulação da sua riqueza, e que também o executivo, que tomou uma posição na defesa da EGF, por unanimidade, deve preparar-se para tempos duros. -----

----- Quanto à interpretação da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), acerca da inclusão de assuntos em agenda para além da ordem do dia, que foi disponibilizada disse que continua a ser uma marca muito clara da maneira como este governo interpreta o poder local, que é sempre uma leitura restritiva da lei, isto é, nunca é uma

leitura extensiva. Considerou que isso revela a dificuldade que este governo tem em viver com democracia como se as pessoas eleitas pelo povo e os funcionários não fossem responsáveis, não tivessem consciência daquilo que é um assunto que pode constituir uma exceção ou não. -----

----- Agradeceu a divulgação do documento da Associação de Empresas e Obras Públicas e Serviços (AECOPS) e considerou que este revela a profunda preocupação das empresas, numa altura em que acusam o poder local de despesista e corrupto e que se torna imperativo divulgar que os municípios foram aqueles que deram o maior exemplo em tempo de crise no que respeita à poupança e que existe uma campanha para denegrir o poder local, através da corrupção identificada, para assim poderem centralizar cada vez mais o poder. Salientou que as Câmaras, independentemente dos partidos e numa história de trinta e oito anos de poder local, pegam em 11% do orçamento geral do Estado e fazem 45% do investimento público no país o que revela que se não houvesse poder local as condições seriam muito piores. Terminou que com esta comunicação os industriais da construção civil vêm revelar a sua profunda preocupação com esta política de tirar, confiscar e roubar. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Relativamente à privatização da Empresa Geral do Fomento (EGF) iniciou por dizer que se verifica uma ânsia do governo em privatizar e ir esvaziando os municípios de competências, influências e pior que isto, não respeitando o trabalho que foi feito, porque a EGF é o que é muito pela participação, esforço de investimento dos municípios durante muitos anos. Desejou que a Presidente da Câmara não desista e que perante a associação de municípios, perante as instâncias onde o município está representado, se possa, pelo menos moralmente, defender esta bandeira, que não é uma bandeira partidária, é uma bandeira que pelos interesses dos munícipes e das populações. -----

----- Congratulou-se e manifestou a sua satisfação pelo facto de a Câmara Municipal ter assinado o acordo com o Sindicato de Trabalhadores da Administração Local (STAL) e felicitou a Presidente da Câmara porque, em sua opinião, é uma questão de justiça, porque os funcionários quando assumiram ser funcionários públicos, quando tomaram posse o quadro eram as trinta e cinco horas semanais e o governo não respeitou esse compromisso, enganou os trabalhadores e a Câmara Municipal de Rio Maior, dentro do limites que da autonomia ainda tem, cada vez mais reduzida, conseguiu chegar a acordo e contornar a lei. -----

----- De seguida referindo-se à informação da DGAL e à interpretação da Lei n.º

75/2013, de 12 de setembro, afirmou que de facto o legislador e quem interpreta a lei não percebe o papel das autarquias. Considerou que não se percebe que o órgão deliberativo possa agendar assuntos para além da agenda e que o órgão executivo não o possa fazer e que, em face disso, e lamentavelmente não se tenham percebido que os executivos necessitam de resolver problemas com urgência, para além da agenda, e que quando reúne existe o bom senso de distinguir o que é urgente e exceção. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Em relação ao acordo que foi assinado entre a Câmara Municipal e o STAL disse que se tratava de um compromisso que foi assumido na Câmara Municipal e que foi uma negociação que levou algum tempo, mas não houve das partes qualquer intransigência e o objetivo foi sempre atingir um acordo. Referindo ao disse que tiveram sempre como objetivo chegar a um atendimento e encontrar as soluções para que o acordo fosse o melhor possível dentro do quadro legislativo existente. Informou ainda que era um ponto fundamental a aplicabilidade do acordo a todos os trabalhadores, independentemente de estar ou não sindicalizado, e isso está garantido neste acordo porque a alteração legislativa vem trazer uma base legal. Acrescentou que embora este acordo estabeleça as trinta e cinco horas, é muito mais abrangente, e regula aspectos como o horário rígido, a possibilidade de horários desfasados, como a jornada contínua, os turnos, os horários flexíveis, a isenção de horário, horários específicos, demonstrando a abertura do sindicato e dos trabalhadores, dentro de uma base legal, para fazer um acordo global e adequado para ambas partes. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA CÉLIA MARIA BENTO DO ROSÁRIO FLORES** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se referir à proximidade da época de Natal e questionou se iria ser colocada iluminação pública de natal já que o ano passado, por contenção de despesas, tal não foi possível. Referiu, no entanto, que embora não tenha sido colocada iluminação foram realizadas outro tipo de iniciativas com muito mérito e uma animação espetacular na Rua Serpa Pinto desenvolvida em conjunto com as escolas e fez votos que esse tipo de iniciativa se mantivesse pelo sucesso que foi. Apesar de tudo, disse que a iluminação pública de Natal faz falta nem que seja apenas em pontos estratégicos e que para o efeito poder-se-ia até fazer uma parceria com a Associação Empresarial, encontrar uma solução mais artesanal, porque dá muita vida e alegria à cidade e atrai pessoas, lembrando que é Natal. -----

Relativamente às drásticas alterações climáticas que se têm dado pouco por todo o país provocando até situações de grande aflição, fez notar a sua satisfação por ver que em Rio Maior não ocorreram nenhuma situação de cheias e que as intervenções nas ruas na zona antiga da cidade foram boas. No entanto fez referência à situação preocupante de alguns edifícios que estão em muito mau estado naquela zona, degradados, e questionou se haveria alguma possibilidade de a câmara municipal pressionar os proprietários para fazerem algumas intervenções por razões de segurança. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

-----Começou por solicitar que lhe fosse dada informação relativamente ao ponto de situação do processo da ligação da Avenida Mário Soares e relativamente aos autos que foram levantados à empresa Fernando Lindo no transporte das areias. -----

----- Questionou se a Câmara estaria na posse de algumas informações acerca do efeito da permanência da médica cubana no nosso concelho, porque queria saber e a fez essa pergunta, quantos utentes é que continuam sem médico de família no concelho de Rio Maior. -----

----- De seguida disse não ter memória de um início de ano letivo tão atropelado e embora no concelho de Rio Maior não tenha havido tantos casos como em outros sítios não convém branquear porque isso não facilita. Considerou inconcebível que um mês depois do início do ano letivo ainda existam mais de dois mil professores por colocar e estarem duzentos mil alunos sem matemática e sem português, a tal ponto que está a ser colocada a hipótese de compensar esses alunos porque vão estar sujeitos a exames a nível nacional nos diversos anos e nos diversos ciclos. -----

----- Refletiu acerca do orçamento de Estado para 2015 dizendo que se irá assistir ao governo PSD/CDS a tentar impingir ao povo português um conjunto de alívios que não passam de embustes e fez notar a desonestidade política que este orçamento prevê relativamente às autarquias. Disse que o aumento de impostos tem sido brutal nos últimos três anos e o que está e irá acontecer é que as autarquias não beneficiam rigorosamente nada com isso no orçamento de Estado para 2015, ou seja, a divisão dos impostos para o poder local era 23,5% e estão apenas previstos 19,8% do rendimento dos impostos para as autarquias locais, dizendo que já não bastava terem confiscado 1,3 mil milhões de euros para depois fazerem o PAEL e agora retirarem mais com o FAM, no qual Rio Maior perde cerca de setecentos mil euros durante sete anos. Para além disso referiu ainda as rescisões amigáveis, as rendas, e sobretudo com a tentativa de municipalizar a saúde, municipalizar a educação e tirarem aos

municípios os meios e quererem que se assim se façam orçamentos. Afirmou que esta é uma política desastrosa para o poder local e conseqüentemente para as populações e particularmente para os autarcas, que ficam entre as exigências da população e o governo que lhe retira a capacidade de poder realizar obra. Disse ver com profunda apreensão o final deste ano civil e o próximo com o aumento de responsabilidades para as autarquias, diminuição de meios financeiros às câmaras municipais e a passagem para as plataformas logísticas de grandes negócios como querem transformar as Comunidades Intermunicipais. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Relativamente ao orçamento da câmara municipal para 2015 disse que estão disponíveis para que a reunião se faça no último dia do mês dando espaço à maioria para que dentro da informação que existe tenha o mínimo de condições para elaborar uma proposta. Referindo-se ao cumprimento do estatuto da oposição disse que tem sido cumprido minimamente nos últimos anos, mas pediu mais do que isso, pediu que a proposta que vier a ser apresentada na Câmara deva ser uma proposta com a participação de todos os membros da Câmara e, em face disso, afirmou a sua disponibilidade para fazer parte e para trabalhar, dentro dos elementos que existem, numa proposta que venha ao executivo. Afirmou que perante uma série de incertezas, de inseguranças, de ameaças que existem sobre o poder local e sobre o orçamento geral do Estado para o próximo ano, aconselhou a Câmara Municipal de Rio Maior, em tempo útil e nesta situação de incerteza, a avançar com um orçamento corrente deixando para depois as questões que o orçamento geral de estado vier a esclarecer que têm mais a ver com investimentos e possibilidades de candidatura. Considerou que toda esta incerteza não é uma incerteza, é sim uma incerteza intencional com a intenção de fragilizar o poder local, de diminuir a capacidade de manobra e, por isso, tem que ser dado um passo em frente sem se deixarem enredar nessa teia, aprovando um orçamento corrente elaborado com os elementos que estão ao dispor, em tempo oportuno, e posteriormente, com os mecanismos que a lei prevê, fazer as necessárias revisões de acordo com aquilo a que efetivamente for para considerar quer em termos de candidaturas aos fundos comunitários viabilizadas, quer em termos de outras oportunidades que o orçamento geral de Estado possa vir a proporcionar. Manifestou mais uma vez a sua disponibilidade para trabalhar num cenário desses, sujeitando-se às regras, tenho a certeza que não é detentor de toda a verdade, mas para dar o seu contributo. -----

----- Para terminar referiu também a situação dos prédios degradados e as situações de falta de insegurança, que não sendo da responsabilidade da autarquia esta deve

zelar pela boa imagem da cidade, e questionou até que ponto não será possível sensibilizar proprietários das instalações fabris degradadas, nomeadamente a antiga BasMaior entre a Rua António Barata e a Avenida Mário Soares. Afirmou que do ponto de vista industrial aquele tipo de instalações não tem viabilidade de recuperação, está a cair e é, agora, um antro de atividades menos claras, como drogas e refúgios e esconderijos de meliantes, e que possivelmente com a influência que a câmara puder vir a exercer junto dos proprietários estes fiquem sensibilizados para efetuar a demolição, eventualmente até com a ajuda da câmara nessa demolição ou no transporte de alguns materiais, porque é claro o interesse público na execução desses trabalhos. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Deu conhecimento que a escola Marinhas do Sal tem participado na organização europeia “European School Net” e que ganhou o primeiro prémio do projeto “Engenious” a nível europeu, informando que este prémio contou também com uma colaboração da empresa sediada em Rio Maior, Nobre Alimentação, e que outras se têm vindo a associar como é disso exemplo a Sibelco. Entendeu que se deve dar os parabéns e também tentar promover e sensibilizar outras empresas para que se associem a este projeto, para que se consigam obter não só resultados a nível do sucesso escolar dos alunos e do concelho, mas também atingir os objetivos a que se propõe esta organização europeia que assenta em estabelecer uma relação colaborativa entre as escolas e as empresas e assim aproximar o ensino da aplicação prática dos conhecimentos contribuindo para a resolução de problemas da falta de técnicos na Europa. Reiterou os parabéns à direção do agrupamento de escolas e ao professor coordenador do projetos, Carlos Ribeiro, e aos alunos. -----

----- Informou também que se realizou uma reunião com uma empresa promotora de eventos local que teve como objetivo clarificar alguns constrangimentos ocorridos nos serviços face a reclamações entradas e referente à realização de uma festa em Portela de Teira. Disse ainda que face aos constrangimentos surgidos e aos pareceres técnicos de Unidade de Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território e da Unidade Administrativa e Recursos Humanos, eu não se sentiu habilitada a passar ou a encaminhar para a Senhora Presidente um parecer favorável para a passagem da licença especial de ruído. -----

----- Respondendo a algumas das questões colocadas disse que está já em preparação a organização do Natal na cidade que conta com o envolvimento do CDLS+ e das escolas do concelho que estão já a trabalhar na dinamização e

decoreção da cidade. Informou também que da reunião realizada com o CLDS+ ficou decidido que iria ser promovida uma reunião com Associação dos Comerciantes e Empresários de Rio Maior no sentido de clarificar se há intenção de procederem às iluminações nas principais artérias, tendo em conta os constrangimentos orçamentais que hoje todos vivemos. Referiu que da parte do município de Rio Maior já partiu a iniciativa de consultar algumas empresas para saber preços para o caso da associação entender proceder à contratualização e também se a associação entender que não quer ser parceira assumindo a autarquia os custos, afirmando que se assim for as iluminações não serão com toda a certeza as expectadas por toda a população, mas não há qualquer intenção deixar o natal “às escuras”, nem sem música. -----

----- Quanto ao feriado municipal 6 de novembro deu conhecimento que já está a ser elaborado o programa e que envolverá três dias, dia 5 com o segundo encontro das cidades educadoras, e a atuação do Filipe Moura e da Big Bang no cineteatro; dia 6 com as comemorações oficiais e e o habitual almoço dos idosos; dia 8 com a Gala Eugénia Lima que este ano conta com a presença do fadista António Pinto Bastos. ----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Solicitou que ficasse registado em ata um agradecimento em seu nome, extensível ou não a todo o executivo, aos técnicos da câmara que acompanharam com êxito o último quadro comunitário de apoio. Disse que todas as obras foram concluídas a 100%, antes do prazo, e que isso se deve, em grande parte, para além da colaboração dos empreiteiros, à atitude pedagógica e fiscalizadora de todos os técnicos da câmara, o Chefe de Unidade Engenheiro Ricardo Rosário, Engenheiro Álvaro Samora, Engenheiro Pedro Simões, Luís Mário e Luís Vicente na parte burocrática. Indicou então que o agradecimento seria extensível a todo executivo e que, em sua opinião, deve ficar registado em ata porque é o reconhecer de um trabalho que foi transversal a vários mandatos. Relativamente ao Plano e Orçamento para 2015 considerou que a colaboração de todos os elementos do executivo é fundamental porque, mesmo com toda experiência que alguns dos membros do executivo já têm, não se viu uma situação em que a quinze dias da entrega do orçamento na Assembleia Municipal não se saiba quais são as principais regras orientadoras, referindo ainda que também não se percebe o porquê de ter que ser enviado àquele órgão até 31 de outubro se depois pode ser aprovado até 31 de dezembro. Continuou dizendo que por muitas cautelas e capacidade inventiva que se tenha, se está bloqueado e, em seu entender, é de lamentar esta situação, transversal

aos trezentos e oito municípios, a que o atual governo chegou e que esta situação é menosprezar cada vez mais o poder local. -----

----- Quanto à situação da Avenida Mário Soares informou que foram enviadas as cartas de acordo com aquilo que foi aprovado na última reunião de câmara dando um prazo até dia 30 de outubro a ambas as partes para a resposta que acharem por conveniente em relação à situação. -----

----- Congratulou-se por tudo aquilo de bom que este ano tem acontecido no concelho em termos turísticos e que pelos indicadores existentes se nota um aumento de visitação não só das Salinas mas também de Alcobertas e do concelho. Disse ainda que também isso se deve ao caminho que se tem vindo a percorrer no sentido de diversificar a oferta e agradeceu a todos aqueles que têm visitado o concelho e aos trabalhadores da autarquia. -----

----- Deu ainda conhecimento da reunião realizada na CCDRLVT sobre algumas das situações por resolver e legalizar referentes a empresas sedeadas no concelho dizendo que independentemente do andamento do processo da revisão do Plano Diretor Municipal de Rio Maior foi aflorada a possibilidade de se proceder a uma alteração pontual para estes casos em simultâneo o que o novo Presidente daquela entidade pareceu considerar possível. -----

----- Relativamente à revisão do PDMRM informou que finalmente a Reserva Agrícola Nacional Bruta voltou a ser objeto de análise após estar suspensa por falta de técnicos da DRAPLVT – Santarém e que da Reserva Ecológica Nacional Bruta estão concluídos alguns dos itens que a compõem e que vão ser entregues na CCDRLVT para uma primeira análise. -----

----- Sobre os prédios degradados disse ser uma preocupação transversal a todos e que no âmbito da reabilitação urbana tem vindo a ser feito o levantamento nas várias áreas, sendo que a ARU 1 tem já o plano estratégico concluído e a ARU 2 está em fase de levantamento e espera-se que até final do ano esteja concluído. Disse ainda que será feito um reforço de informação às pessoas, porta a porta, porque as reuniões que a câmara fez anteriormente foram muito pouco participadas, e há que divulgar que o novo quadro comunitário aponta para o acesso dos particulares ao financiamento e não só para as entidades públicas e os municípios. No que respeita à imagem do concelho disse ser óbvio que situações como as antigas instalações da BasMaior e da Cimpomóvel são preocupantes e que se tem tentado sensibilizar os proprietários que por diversos constrangimentos ainda não deram resolução à situação. -----

----- Felicitou o Vereador Lopes Candoso pela concretização do acordo com o STAL para as trinta e cinco horas de trabalho e por este ser extensível a todos os trabalhadores. -----

----- Por fim, acerca da movimentação de terras nos areeiros, informou que foram levantados vários autos desde o início dos trabalhos, uns pela câmara outros pela GNR, e que foram já alertadas todas as entidades sendo que, à exceção da Direção Regional de Economia, nenhuma outra deu qualquer resposta. Foi ainda informado que o Gabinete Jurídico e Contencioso possui um levantamento desses autos e que, em seu entender, não há qualquer problema em ser dado conhecimento. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Iniciou por se referir à elaboração do orçamento para 2015 dizendo que não concorda com a violência das palavras do Vereador Augusto Figueiredo em relação ao Governo porque também este está obrigado a enviar o orçamento de estado à Assembleia da República até quinze de outubro e que também lhe foram impostas algumas regras para a sua elaboração. Disse ainda que o curto espaço de tempo e o desconhecimento das regras tornam difícil a execução o plano e orçamento para 2015 mas que já é do conhecimento geral que relativamente à rubrica da receita com a venda de imóveis o valor máximo que pode ser previsto corresponde à média dos últimos trinta e seis meses diminuindo em muito o valor desta rubrica em relação a anos transactos. Referiu-se ainda às restrições no âmbito da lei dos compromissos, dos pagamentos em atraso e da obrigatoriedade das taxas de execução do orçamento serem de 85% e ao curto espaço de tempo para esta adaptação e ajustamento a esta realidade que restringe a ação e a gestão do município. Reafirmou que este terá que ser um orçamento diferente e que em nada se assemelha aos orçamentos de há um ou dois mandatos atrás sendo agora muito mais difícil e limitada a execução deste instrumento de gestão. Acrescentou que a situação atualmente não está fácil, nem tranquila, nem motivadora para aqueles que trabalham todos os dias mas há que ter esperança que colaborando todos se poderá fazer o melhor orçamento sabendo que posteriormente poderá vir a ser revisto e alterado no correr do próprio ano na medida em que se conseguir avançar com algum investimento. -----

----- Relativamente à questão da saúde e dos médicos colocados disse que as informações que tem é que a situação está a normalizar após o período de adaptação e formação e que a médica agora colocada irá fazer essa mesma formação em novembro, não obstante estar já a apoiar os demais médicos. Fez referência ao protocolo assinado entre Portugal e Cuba para esta cooperação e à comunicação da atual diretora do ACES onde refere as condições da colaboração daquele

agrupamento com o centro de saúde de Rio Maior, incluindo que as administrações regionais de saúde e as autarquias locais devem dar apoio às condições de habitação para evitar movimentos de arrendamentos especulativos. Referiu que a Câmara Municipal de Rio Maior, porque tinha condições para o fazer, disponibilizou alojamento no sentido de colaborar com o ACES que solicitou esse mesmo apoio. Das informações constantes dos documentos disponibilizados pelo ACES deu conhecimento que o centro de saúde de Rio Maior integra três unidades funcionais, a unidade de saúde Familiar Salinas de Rio Maior, que inclui a extensão de São João da Ribeira, a unidade de cuidados na comunidade, a unidade de cuidados de saúde personalizados que para além de sede do concelho abrange as extensões de Alcobertas e Assentiz e esta integra também o atendimento complementar que funciona nos dias úteis das vinte às vinte e quatro horas e aos fins-de-semana e feriados das nove às vinte e uma horas, atendendo a população que aí se dirige incluindo os utentes não inscritos na unidade. Também constante dos documentos do ACES deu conta do número de inscritos em cada uma das unidades de saúde no final do primeiro semestre do ano, sendo que na unidade de saúde familiar das salinas de Rio Maior estavam inscritos dez mil novecentos e vinte e dois utentes, na unidade de cuidados na comunidade estavam inscritos onze mil seiscientos e vinte e um utentes e para os oito mil e cem utentes sem médico de família o ACES colocou então os três médicos através de uma prestação de serviços. Disse ainda que está a tentar saber em concreto se a situação destes três médicos e quais as condições de permanência e vencimento, porque a disponibilização de alojamento era uma situação transitória e se as condições são iguais para os três, sendo que dois foram colocados através de uma empresa privada que presta serviços e a última por via do protocolo. Disse que precisa de ver escrito e de perceber efetivamente a condição que estão. No que se refere ao atendimento dos oito mil inscritos sem médico de família, pela informação que lhe tem chegado, os dois médicos que vieram em março estão a resolver as situações, sabendo que não podem ter vínculo ao serviço nacional de saúde. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Iniciou por ratificar a proposta do Vereador Carlos Frazão no sentido de prestarmos uma homenagem aquilo que foi o trabalho desenvolvido por todos os que, direta ou indiretamente, neste caso diretamente, estiveram envolvidos nas candidaturas do terceiro quadro comunitário. -----

----- Considerou que a situação dos médicos deve ser muito bem clarificada porque enquanto pagantes há que saber se existe diferenciação de tratamento e quais os

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE OUTUBRO DE 2014

termos da contratação dos médicos em causa. Acrescentou que na realidade o que é preciso em Rio Maior são médicos de família e que aquilo que estes médicos estão a fazer é apenas a atenuar a situação e não a resolvê-la acrescentando que não há vontade política do governo em fixar médicos porque a médica que cá estava ganhava mil e duzentos euros e foi embora para a Suécia ganhar seis vezes mais. Afirmou que não é verdade que não haja médicos em Portugal, existem sessenta e seis mil médicos licenciados e só são precisos cinquenta e três mil, e que a sua preocupação quando se fala da municipalização é que a política deste governo venha a transferir as responsabilidades para a autarquia e embora a autarquia deva apoiar, como tem feito com os cuidados primários e com a unidade móvel de saúde, não é constitucional, porque os impostos são pagos ao governo central. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Deu ainda conhecimento da reunião realizada com a Estradas de Portugal sobre a requalificação da Estrada 114, dizendo que trouxe alguma esperança em que a situação se desenrolasse e também da reunião que irá acontecer com a Associação Nacional de Municípios Portugueses acerca da reestruturação do setor das águas. Disse haver questões interessantes na fusão dos subsistemas, sendo uma delas a de se acabar com os mínimos faturados e não consumidos e ainda um conjunto de outras situações. Disse que se aguarda desenvolvimentos e que o Ministro ainda se encontra a recolher informações e contributos da parte dos municípios, porque todos os subsistemas têm situações diferentes. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- **DESPACHO N.º 63/2014, DE 26 DE SETEMBRO – EMISSÃO DE LICENÇA DE ACAMPAMENTO OCASIONAL** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 63/2014, exarado pela Presidente da Câmara, no dia 26 de setembro do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º ao anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou a emissão da licença de acampamento ocasional nos dias 26, 27 e 28 de setembro de 2014, na Quinta de S. Jorge, Vila da Marmeleira, condicionada aos pareceres e auto de vistoria emitidos. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Afirmou que iriam ratificar o despacho por uma questão de solidariedade e porque não se esperava que o evento viesse a ter as consequências que teve. Disse que a decisão está bem escudada por todas as entidades mas não há dúvida que o evento acabou por ser muito diferente daquilo que se esperava e alertou que em próximas ocasiões se avalie e acautele a natureza dos mesmos. Disse ainda que lhe parece acautelada a posição da Vereadora relativamente a outra festa que está prevista e que, em sua opinião, Rio Maior tem de ser seletivo e ter o mínimo de garantia que existe alguma mais-valia na realização destes eventos. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse que, em sua opinião, este tipo de evento já era conhecido, não foi o primeiro caso em Portugal, e repudiado em muitos municípios e embora acredite na boa-fé da Presidente da Câmara e que esta tenha sido cautelosa no tratamento da situação indicou que o seu sentido de voto é de abstenção por respeito ao esforço feito pela Câmara Municipal e ao trabalho feito pela GNR, dando o sinal político desfavorável a este tipo de iniciativa que prejudica a imagem do concelho e dos Riomaiorenses. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com uma abstenção. -----

----- **PONTO II – CERTIDÃO DE DESTAQUE DE PARCELA DE PRÉDIO SITO VASCA OU GIZ, FREGUESIA DE RIO MAIOR EM NOME DE GUALDINO BARRETO CARRILHO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que nada obsta à efetivação do destaque solicitado, por se encontrarem cumpridos os requisitos previstos no n.º 4 do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro com a atual redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável mas fez o reparo que não estava em anexo nenhum elemento topográfico, pelo que não lhe foi possível saber a localização do prédio. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO III - LICENCIAMENTO DE POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS SITO EM FREIRIA OU VALE FALANTE, FREGUESIA DE RIO MAIOR EM NOME DE PETRÓLEOS DE PORTUGAL – PETROGAL, S.A.** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar as alterações à licença de acordo com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 16º do Decreto-lei n.º 267/2002, de 26 de novembro alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 217/2012, de 9 de outubro e emitir o respetivo aditamento ao alvará. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO IV - DOAÇÃO DE ESPÓLIO DOCUMENTAL DA ESCOLA COMERCIAL DE RIO MAIOR DE EDUARDO CASIMIRO DE DEUS PEREIRA DA SILVA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a doação efetuada pelo Senhor Eduardo Casimiro de Deus Pereira da Silva, referente ao espólio documental em sua posse e anteriormente pertencente à Escola Comercial de Rio Maior. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Considerou que este é um gesto que deve ser multiplicado porque Rio Maior tem muito do seu património em casas particulares e que este ato revela consciência cívica de um cidadão que percebeu que tinha em sua posse documentos que já são parte da história e que, por isso, resolveu entregá-los. Pediu ao executivo municipal que houvesse preocupações, no plano cultural, em transformar-se as “bibliotecas falantes” em registo e que as pessoas com documentação em casa a pudessem entregar. Disse conhecer alguns casos de pessoas que têm documentação absolutamente extraordinária que se não for preservada Rio Maior fica amputado de uma parte significativa da sua história. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Referiu que a nível da comunicação social da câmara municipal de tem tentado divulgar estes atos para despertar consciências e lembrar as pessoas que as heranças se vão perdendo e que, havendo essa possibilidade e vontade, o espólio cultural do município pode ser enriquecido. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Deu conhecimento que técnicos da câmara têm estado a fazer um esforço para recolher documentos que estão na posse de particulares, sendo disso exemplo o trabalho que está a ser desenvolvido sobre os cem anos do desporto em Rio Maior com a realização de diversas entrevistas a pessoas de outros tempos ligadas a várias

modalidades desportivas e que têm tido a gentileza de facultar documentos que têm em sua posse para o efeito. Acrescentou que se os trabalhos correrem bem no Feriado Municipal, 6 de Novembro, todos terão a oportunidade de ver o resultado dessa recolha. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO V - VIRTUALIZAÇÃO DA RECEITA DOS SERVIÇOS DE APOIO À FAMÍLIA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é que no primeiro dia útil do mês seguinte em que decorre pagamento dos serviços de apoio à família, os valores em dívida sejam debitados ao tesoureiro para cobrança virtual, nos termos do n.º 2.6.2 do POCAL e do n.º 3 do artigo 6º da Norma de Controlo Interno em vigor. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável porque a proposta se insere dentro dos procedimentos normais de cobrança da receita. No entanto, não quis deixar de falar sobre as consequências deste procedimento se este for praticado sem olhar aos problemas em concreto e à degradação socioeconómica que muitas famílias se encontram e também deixar o repto de que a câmara não embarque na progressiva ideia de retirar apoios sociais como tem vindo a acontecer com outros apoios, nomeadamente abono de família, rendimento social de inserção, complemento solidário para idosos, apoios a jovens com necessidades especiais e ainda no próprio subsídio de desemprego. Realçou que devido a este tipo de política restritiva quase metade dos desempregados já não recebem subsídio de desemprego, há menos seiscentos e sessenta e seis mil quinhentas e vinte e seis pessoas a receber abono de família, há duzentas e treze mil pessoas a receber rendimento social de inserção quando em 2010 rondava o meio milhão de pessoas, há um quarto dos idosos a receber complemento social em 2014 comparativamente com 2010, o apoio a jovens com necessidades especiais e famílias carenciadas diminuiu de seis mil centos e cinquenta e três do ano passado para mil quatrocentos e um este ano, sendo que esta tendência de diminuição de apoios sociais contraria o senso comum numa altura em que a situação de crise se agrava. Afirmou que na realidade o poder local está cada vez mais limitado e cada vez tem menos capacidade de resposta mas, em sua opinião, pela proximidade às populações não pode ser insensível a estas situações de degradação social e que, em face disso, gostaria que esta medida que hoje se vai aprovar e que é no fundo um procedimento normal, não fosse cega e a sua aplicação pudesse ser pautada pela sensibilidade a certos casos e situações. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Indicou o sentido de voto a favor porque a virtualização da receita representa um procedimento formal e imaterial na gestão, uma decorrência normal, mas salientou que hoje se vive muito mal em Portugal e que as dificuldades se acentuam de forma dramática em especial entre os mais desprotegidos e desfavorecidos e fez votos que a preocupação administrativa, burocrática, não os cegue para a realidade. Disse que é efetivamente por esta razão que o Partido Comunista Português, a CDU, é contra a lei dos compromissos porque está a transformar os municípios em funcionários de 24 horas em cima de 24 horas em procedimentos e cabimentos. Sugeriu, relativamente a isto, que seja tido em atenção que o poder local ainda é uma boa porta de abrigo para os mais desprotegidos e que atualmente a fome nas escolas, não quer dizer que sejam as de Rio Maior, mas é ver a iniciativa “borleite” criada em Rio Maior e todos aqueles que lá vão comer todos os dias, e esta é a realidade. Disse ainda que fazendo uma análise, não um juízo de valor à política do ministério, à política da câmara ou à política do agrupamento, e sim uma constatação, há fome nas escolas e criou-se uma solução que foi a iniciativa “borleite”. Reafirmou que hoje, no país, existem milhares de crianças que se não comerem na escola não têm nenhuma refeição, e que iludir isto é enganarmo-nos. Terminou dizendo que só se conseguirá fazer política ao serviço das populações se for feita uma análise da realidade, não com juízos de valor depreciativos mas com a constatação de factos. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Referiu que embora a fome e as necessidades, infelizmente, sejam uma realidade de todo o país, não se pode fazer essa imagem do concelho de Rio Maior em que as entidades têm tentado de todas as formas sinalizar as situações existentes e de alguma forma ajudar aqueles que mais precisam, incluindo as escolas que têm tomado iniciativas para minimizar esse problema junto das crianças. Acrescentou que existem programas para ajudar crianças e famílias em situações extremamente difíceis e que a relação que existe entre todos os intervenientes e responsáveis nas várias áreas, as instituições, os voluntários, as escolas, todos em articulação, permite ir dando respostas e que presentemente só não as encontrará quem não as procura. ----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Acerca da iniciativa “borleite” disse que se trata de um programa que funciona nas escolas já há cerca de dois anos, que foi proposto aos órgãos de gestão da escola, foi implementado, que é sustentável e permite que cerca de cem alunos por dia tomem o pequeno-almoço na escola. Acrescentou que é uma medida que não recebe apoios oficiais de nenhuma entidade, nem da câmara municipal, nem da ação

social, sendo um programa que é sustentado apenas nas receitas da ação social escolar local o quer dizer que muitas vezes, quando é necessário, se toma a iniciativa e não se espera que que outros o venham fazer. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Esclareceu que os procedimentos adotados na virtualização desta receita são semelhantes aos utilizados em outras áreas e que esta medida e esta metodologia nunca será impedimento à sensibilidade social. Disse ainda que os casos que sejam detetados e a listagem das dívidas é feita e é sempre enviada à ação social para esta avaliar e verificar se são casos acompanhados pela ação social ou se por outro lado se tratam de esquecimentos naturais. Referiu ainda que algumas das famílias quando em incumprimento, elas próprias propõem um pagamento faseado, que cumprem. Reafirmou que não há, de todo, intenção de “cortar a direito” em relação à dívida. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VI - TRANSPORTES ESCOLARES DOS ALUNOS DO 2º E 3º CICLOS – EXAMES NACIONAIS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar o reembolso aos alunos do 2º e 3º ciclo do ensino básico da despesa efetuada com a utilização dos transportes escolares no valor de 26,45€ (vinte e seis euros e quarenta e cinco cêntimos).-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VII - PROGRAMA CLDS+ DE RIO MAIOR – EMISSÃO DE PARECER À REFORMULAÇÃO DO FINANCIAMENTO APROVADO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é dar parecer favorável à reformulação do financiamento aprovado para o ano de 2013 para o Programa CLDS+ de Rio Maior/Espaço 3é – Entreaajuda, Estimula e Empreende, conforme solicitado pela Entidade Coordenadora Local, CEE “O Ninho”. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VIII - DOAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO E APROVAÇÃO DE MINUTA DE PROTOCOLO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos

disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aceitar a doação por parte de José Luís Salgado Antunes Barroso e Helena Maria Salgado Antunes Barroso Morin ao Município de Rio Maior, de uma parcela de terreno, com área de 14.259,00 m², a desanexar do prédio rústico, artigo matricial n.º 63 da secção AH da freguesia de Rio Maior, que teve origem no artigo 53 da secção AH da mesma freguesia e descrito na Conservatória do Registo Predial de Rio Maior sob o nº 3101, sito em Quinta de São José ou Quinta do Jogadouro, lugar de Freiria, a confrontar de norte e poente com José Luís Salgado Antunes Barroso e Helena Maria Salgado Antunes Barroso Morin, de sul com E. N. 114 e escola primária da Freiria e de nascente com José Luís Silva Paz, José António Miguel Frazão, Maria da Luz Lourenço Ricardo Santos, Emeletino Miguel e outros, ao qual foi atribuído, pela Comissão de Avaliação de Bens Imóveis Municipal, o valor de 247.600,00€ (duzentos e quarenta e sete mil e seiscentos euros) ficando garantido o direito de passagem a favor dos doadores por esta parcela, permitindo assim o acesso às parcelas rústicas, propriedade dos mesmos doadores e que confinam com a parcela doada. Mais deliberou, avocar a competência delegada na Presidente da Câmara, para, neste caso concreto, aprovar o Protocolo nos termos em que é proposto na Informação do Gabinete Jurídico e Contratação Pública, datada de 10.09.2014, bem como ainda a cedência dos equipamentos através de contrato de comodato a celebrar oportunamente com a Associação Grupo Desportivo e Cultural da Freiria. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Fez registar que a doação de uma tão grande área para o usufruto do povo e da população é motivo de reconhecimento à família. Referiu-se depois à forma como se tentou salvaguardar o interesse da família e da Associação Grupo Desportivo e Cultural da Freiria e também ao porquê de a doação não ser feita diretamente à associação que decorre do facto de o trabalho feito por estas sociedades não ser, na verdade, valorizado pelos poderes centrais e estas serem continuamente confrontadas com mais impostos, despesas, taxas, licenças, direitos de autor, etc. Deu conhecimento que a confederação está a trabalhar no plano legislativo, na Assembleia da República, para que a breve prazo se consiga criar a o estatuto de utilidade pública local ou municipal para as coletividades e existir a possibilidade de as isentar de impostos como o IMI e o IMT. Afirmou ainda que as coletividades estão a prestar serviço público, serviço de grande interesse e coesão social, de voluntariado e apenas porque foi feita a leitura política pelo poder e pela troika de que estas coletividades, cerca de trinta e duas mil seiscentas e oitenta e duas, movimentam 10% do volume

atual de negócios e têm uma empregabilidade de 6,9% a nível nacional, a lógica deste Estado é cobrar impostos e taxas. Indicou o sentido de voto a favor com a salvaguarda clara do uso por parte da coletividade e que tudo possa ser feito, quer pessoalmente, quer partidariamente, quer no ponto de vista do executivo, para que as coletividades, que prestam verdadeiro serviço público no âmbito da cultura, recreio, tempos livres e social, possam ser isentas de impostos mais pesados. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável e disse que se congratula por esta situação ter tido uma conclusão após trinta anos de a família ter entregado este património, cerca de um hectare e meio em área urbana, à população da Freiria, e que, por isso, agradeceu à família Barroso. Continuou dizendo que esta resolução serve as três partes envolvidas, a família porque resolve a situação do ponto de vista patrimonial, a associação porque com este protocolo garante a continuidade de usufruto de utilização e a câmara municipal porque ao longo destes 30 anos também fez investimento público naquela zona ficando assim acautelado, felicitando assim o Vereador Lopes Candoso pela celeridade com que resolveu o assunto. No que se refere à questão da situação das coletividades disse que se trata de uma questão que, infelizmente, é transversal e alertou a câmara municipal, que ao longo dos anos tem as tem vindo a apoiar, para que se prepare porque possivelmente terá que passar por ela a resolução de muito desse património importantíssimo para as populações sob pena de, se não o fazer, vir a deixar de estar na alçada das autarquias ou pelo menos nas entidades que prestam serviço como as coletividades. Concordou que é preciso encontrar formas de apoiar o associativismo e que esse apoio deve ser, em primeiro lugar, dado pela administração central seja na questão dos impostos como em outras tantas, nomeadamente a responsabilidade civil que recai nos dirigentes associativos, que são lesivas e que levam ao abandono por parte de quem quer ajudar e servir, defendendo assim uma intervenção global que inclua também os estatutos dos dirigentes associativos e das próprias coletividades sob pena de perder um precioso auxiliar para a administração central e local. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Afirmou que a Câmara Municipal e o próprio estarão sempre disponíveis para encontrar soluções e este era uma situação que existia há muitos anos, uma cedência feita pela família Barroso na década de setenta e que até hoje não tinha ainda sido possível regularizar. Referiu que havia neste momento a vontade da família e da associação de regularizar a situação e esta foi a forma encontrada para o fazer sendo

muito importante o contributo de todos na reunião prévia realizada onde estiveram presentes todo o executivo, a associação e os representantes da família Barroso. Agradeceu, por isso, aos vereadores a disponibilidade para estarem presentes nessa reunião que foi ponto decisivo para se encontrar esta solução de forma unânime e que é revertida no protocolo a celebrar com a associação. Acrescentou ainda que a aprovação do protocolo e também o contrato comodato, pelos valores envolvidos, seriam da competência da Presidente da Câmara mas que não faria sentido ser presente à Câmara Municipal uma doação sem ser acompanhada pela informação e documentação sobre a oneração desse imóvel e daí que se tenha optado por pedir à Câmara para a avocar a competência e deliberar na globalidade do assunto. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO IX - EQUIPA DE INTERVENÇÃO PERMANENTE – RENOVAÇÃO DO PROTOCOLO E ENCARGOS PLURIANUAIS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a renovação do protocolo e respectivos encargos plurianuais da Equipa de Intervenção Permanente (EIP). -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Questionou acerca da duração do acordo e do cabimento para 2015. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Esclareceu que o acordo foi assinado em outubro de 2011 e terminou em outubro de 2014, sendo renovado automaticamente até 2017, e que a previsões de despesa até esse mesmo ano consta da informação assim como a indicação de que foi cabimentada toda a despesa de 2013 e 2014, o que inclui o mês de novembro e dezembro. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Interveio para referir que esta equipa de intervenção permanente e estas candidaturas foram criadas na altura em que teve o privilégio de ser responsável pela Proteção Civil da Câmara Municipal e que Rio Maior foi dos primeiros concelhos a ter este tipo de equipa. Lembrou que na altura questionava-se se o custo que daí advinha compensaria mas ficou claro que perante a hipótese de ter cinco profissionais a tempo inteiro e sendo a repartição dos custos entre entidades, achou-se por bem avançar e a sua continuidade justifica, por si, essa decisão. Considerou que ainda que haja um custo para o município este é sempre menor do que seria se o município tivesse, ele próprio, que responder em termos de proteção civil com bombeiros municipais e que

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE OUTUBRO DE 2014

esta situação somada aos apoios que existem pela utilização de instalações, são apoios dados aos bombeiros mas que revertem a favor do município porque os encargos serão sempre menores do que se o município tivesse que dar resposta pelos seus meios. Afirmou que se deve continuar com este protocolo e que naturalmente os seus custos para os anos seguintes foram contemplados pelos respetivos orçamentos e de acordo com os procedimentos normais. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do n.º 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Antes de encerrar os trabalhos e em relação ao primeiro ano de mandato que se concretiza no dia dezanove de novembro quis, em seu nome pessoal e em nome de todos, deixar uma palavra de reconhecimento a todos os eleitos pelo ano de trabalho que passou, que, em sua opinião, foi de dedicação e de empenho e que dentro da melhor forma democrática, dentro de espírito e da forma que os caracteriza, é a forma de estar na vida e no exercício das funções que têm e da missão que abraçam e para a qual foram eleitos. Deixou, por isso, o seu agradecimento a todos, desejou que o próximo ano possa decorrer da mesma forma, porque as coisas estão difíceis e que haverá muitos momentos em que nem todos estarão de acordo, nem aqueles que a acompanham na maioria nem os vereadores dos partidos da oposição, mas, como é seu apanágio, não quer que todos pensem da mesma forma, quer sim estar rodeada de pessoas que pensem de maneira diferente porque será certamente essa diferença que os constrói. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram doze horas e quinze minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria de Lurdes Martins Violante, Chefe de Divisão da Unidade Administrativa e Recursos Humanos, que a redigi. -----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A CHEFE DE DIVISÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS: _____

